



Repatriação será votada na terça, diz Eunício

Recém-aprovado na Câmara dos Deputados, projeto abre novo prazo para que brasileiros regularizem situação de patrimônio não declarado mantido no exterior. Em contrapartida, eles terão de pagar imposto e multa

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, anunciou que o projeto de lei que abre um novo prazo para que brasileiros regularizem a situação de recursos não declarados mantidos no exterior será votado na terça.

O texto foi aprovado na quarta pela Câmara. Segundo o projeto, parentes de políticos não poderão aderir ao programa de repatriação. Parte do dinheiro arrecadado pelo governo federal será remetida para estados e municípios. **3**



Michel Temer discursa na cerimônia no Planalto, ao lado de Eduardo Deschamps, Mendonça Filho e Eunício Oliveira

Sancionada a lei que reforma o ensino médio

O presidente Michel Temer sancionou ontem a lei que reforma o ensino médio. O texto havia sido aprovado na semana passada pelo Senado. Entre outras mudanças, a nova lei aumenta a carga dos estudantes das atuais 800 horas anuais

para 1.000 e divide o currículo entre disciplinas obrigatórias para todos e disciplinas específicas da área escolhida pelo aluno. O presidente do Senado, Eunício Oliveira, participou da cerimônia de sanção da reforma. **2**

Gerardo Magesa/Agência Senado



Veronique Durand, Regina Sousa e Lourdes Bandeira discutem no Senado o feminicídio como forma de violência política

Debate aponta que feminicídio é problema político

A ineficiência do Estado para evitar assassinatos de mulheres evidencia que o feminicídio é uma questão política, afirmaram as convidadas do debate Pauta Feminina de ontem, no Senado. Dados do *Mapa da Violência 2015*, trazidos

pelas pesquisadoras, mostram que o número de assassinatos de mulheres brancas diminuiu em 10% e o de mulheres negras cresceu em 54%, demonstrando que o feminicídio não é apenas um problema de gênero. **2**

Projeto que torna Blumenau capital da cerveja vai para sanção

Foi aprovado ontem pelo Plenário do Senado um projeto da Câmara dos Deputados que concede a Blumenau (SC) o título de Capital Nacional da Cerveja. Dalírio Beber lembrou que o

município abriu sua primeira cervejaria dez anos após ter sido fundado, no século 19, e abriga a única escola superior sobre cerveja e malte da América Latina, além do Museu da Cerveja. **3**



Com mais de 30 anos, a Oktoberfest faz de Blumenau centro de turismo

Proposta sobre ocupantes da linha sucessória é retirada **4**

Parlamentares analisam dados de pesquisa eleitoral **4**

Segurança pública é tema de discursos no Plenário **2**

Instituição Fiscal Independente firma parceria com OCDE **4**

PEC facilita envio de verbas de emendas a municípios **3**

Adoção do ensino integral e de cinco itinerários formativos à escolha dos estudantes são destaques da nova legislação, que, para ser implantada, ainda depende da definição sobre a Base Nacional Curricular

Governo sanciona lei da reforma no ensino médio

O PRESIDENTE MICHEL Temer sancionou ontem no Palácio do Planalto, com a presença do presidente do Senado, Eunício Oliveira, a lei que reforma o ensino médio. Ela estabelece cinco itinerários formativos à escolha dos alunos e a implantação gradual do ensino integral nas escolas públicas e privadas. Não foi anunciado se haverá vetos.

A lei teve origem em medida provisória aprovada no Senado, no dia 8, como Projeto de Lei de Conversão (PLV) 34/2016. O relator foi o senador Pedro Chaves (PSC-MS). A reforma ainda depende da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), em análise no Ministério da Educação. A BNCC pode ser homologada ainda em 2017. O cronograma da reforma será elaborado no

primeiro ano após a homologação da base. A implantação deve ocorrer no ano seguinte.

Pelo texto aprovado no Congresso, as escolas terão cinco anos para aumentar a carga horária atual de 800 para 1.000 horas anuais. Depois, a carga deve chegar a 1,4 mil horas, mas não há prazo para a meta.

O currículo será dividido entre conteúdo comum e assuntos específicos de acordo com o itinerário formativo: linguagens, matemática, ciências da natureza, ciências humanas e formação técnica.

Português e matemática continuam obrigatórios, assim como inglês. Comunidades indígenas terão ensino da língua materna. Filosofia e sociologia serão obrigatórias apenas na BNCC, e artes e educação física voltam a compor a grade.

Para Chaves, estudantes terão protagonismo sobre o próprio futuro

O senador Pedro Chaves (PSC-MS) destacou ontem a satisfação com a nova Lei do Ensino Médio, especialmente por ser educador e empreendedor da área.

Relator do tema no Senado, ele disse que a reformada ao jovem o protagonismo do próprio futuro, com a flexibilização curricular.

— Hoje oferecemos ao povo brasileiro a arma mais poderosa no combate à desigualdade, ao preconceito e à falta de oportunidade.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Femicídio é questão política, dizem palestrantes

O femicídio é um fenômeno político e não apenas de gênero, afirmaram ontem as palestrantes convidadas do Pauta Feminina. Realizado mensalmente pela Procuradoria da Mulher, o debate foi presidido pela senadora Regina Sousa (PT-PI) e contou com acadêmicas das áreas de antropologia, sociologia, história e direito.

Antropóloga e autora do livro *Órfãs de Esperança*, Véronique Durand disse que o femicídio não é uma realidade apenas do Brasil, mas de vários lugares do mundo, especialmente entre populações mais vulneráveis e desprotegidas.

Em relação ao femicídio como um fenômeno político, Véronique afirmou que o direito de ir e vir e a segurança não estão sendo garantidos pelo Estado às cidadãs e aos cidadãos.

De acordo com a professora Lourdes Bandeira, do Departamento de Sociologia da Uni-



Lourdes Bandeira fala no debate organizado pela Procuradoria da Mulher

versidade de Brasília (UnB), dados do Ipea mostram que 13 mulheres são assassinadas por dia no Brasil.

Para Regina Sousa, a falta de ação do Estado para evitar a morte de mulheres evidencia que o femicídio é um problema político.

— A maior justificativa para falar que o femicídio é um problema político é que ele é anunciado, mas o Estado não previne, não age. A gente tem um desafio muito grande pela frente — disse a senadora.

Segundo dados do *Mapa da Violência 2015*, trazidos pelas pesquisadoras, o número de assassinatos de mulheres brancas diminuiu em 10% e o de mulheres negras cresceu em 54%. As expositoras afirmaram que isso demonstra o caráter mais político do que apenas de gênero quando se trata de femicídio.

Na próxima edição do Pauta Feminina, em 23 de março, o tema será a reforma da Previdência proposta pelo governo Temer.

Para Lúcia Vânia, crise na segurança exige gasto eficiente

Lúcia Vânia (PSB-GO) avaliou ontem a crise na segurança pública do país. A senadora lembrou que o Brasil responde por 10% dos homicídios cometidos em todo o mundo e disse que a solução passa por qualidade na aplicação dos recursos públicos e o combate à corrupção. Para ela, além de causar perdas crescentes em vidas e restringir o direito de ir e vir, a violência tem custo econômico elevado, superando US\$ 7 bilhões em 2014 (3,14% do PIB nacional) conforme estudos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).



Pedro França/Agência Senado

Rose: falta de diálogo agrava violência no Espírito Santo

A falta de interlocução entre o governo do Espírito Santo e manifestantes prejudica as negociações pelo fim da paralisação de policiais militares e bombeiros, disse Rose de Freitas (PMDB-ES) na quarta-feira.

De acordo com a senadora, o cenário é de guerra e crise e já provocou o fechamento de escolas, hospitais, comércio, transporte, bancos e postos de vacinação.

— Falta ouvir as queixas e insatisfações que ultrapassam o reajuste da Polícia Militar e chegam à falta de estrutura e de respeito pela sociedade.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Armando Monteiro quer mais recursos para melhorar prisões

Armando Monteiro (PTB-PE) informou, na quarta-feira, ter se reunido, com o diretor do Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça, Marco Severo. Eles conversaram sobre a crise no sistema prisional, que também atinge Pernambuco.

De acordo com o senador, existem 30 mil presos no estado, mas apenas 10 mil vagas no sistema prisional. Armando disse que o objetivo da reunião foi garantir a liberação de recursos consignados por emenda impositiva.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Romário diz que Brasil não soube aproveitar Olimpíadas e Copa

Romário (PSB-RJ) lamentou ontem que os megaventos esportivos sediados no Brasil, em vez de trazer benefícios aos brasileiros, como infraestrutura e visibilidade turística, tenham ajudado a aprofundar a crise financeira, afetando inclusive o próprio esporte. Ele criticou o ex-governador Sérgio Cabral e o ex-prefeito Eduardo Paes, por “ações temerárias” que fizeram o Rio perder, de 2008 a 2013, R\$ 138 bilhões com os incentivos para a Copa e R\$ 100 milhões anuais com isenção para carnes nobres.



Pedro França/Agência Senado

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



PLENÁRIO Pronunciamentos

9h Sessão não deliberativa, destinada a discurso dos senadores.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Coordenadora-geral: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Burre
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Coordenador de Edição: Mikhail Lopes
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Marcos Brindley/Agência Senado



Eunício Oliveira afirma que se comprometeu com governadores a votar a repatriação o mais rapidamente possível

Repatriação de recursos deve ser votada na terça

Estados e municípios receberão parte dos recursos arrecadados com a multa pela repatriação. Texto aprovado pela Câmara retirou a possibilidade de parentes de políticos aderirem ao programa

APROVADO NA QUARTA-FEIRA pela Câmara dos Deputados, o projeto da repatriação dos recursos deverá ser votado pelo Plenário na terça-feira, segundo o presidente da Casa, Eunício Oliveira.

O projeto reabre a possibilidade de o contribuinte regularizar junto à Receita Federal bens e ativos mantidos no exterior e não declarados. Segundo o texto aprovado na Câmara, o novo prazo de

adesão de 120 dias começa a contar a partir da data de regulamentação do assunto pela Receita. O patrimônio a ser declarado será aquele em posse do declarante em 30 de junho de 2016. Dos valores arrecadados com a multa, 46% serão repartidos com estados e municípios por meio dos fundos de participação.

O presidente do Senado disse que firmou compromisso com governadores de

dar prioridade à votação da proposta, pois ela destina mais recursos para os cofres dos estados e dos municípios.

O projeto da repatriação foi aprovado pelo Senado no ano passado. Como a Câmara aprovou o texto com alterações, os senadores terão de analisar novamente a proposta. A Câmara derrubou a possibilidade de os parentes de políticos aderirem ao programa.

Blumenau vai ser a Capital Nacional da Cerveja

Os senadores aprovaram ontem o projeto original da Câmara dos Deputados (PLC 39/2016) que transforma Blumenau, em Santa Catarina, na Capital Nacional da Cerveja. Como a proposta do deputado federal Décio Lima (PT-SC) já havia sido aprovada pela Câmara e não houve alterações

no Senado, ela segue agora para sanção.

Dalírio Beber (PSDB-SC) defendeu a iniciativa no Plenário, lembrando que o município abriu a primeira cervejaria dez anos após a fundação, comemorada em 1850. Ele ressaltou a importância do produto para o turismo e a

economia locais, destacando os laços culturais da população com a bebida. O senador lembrou que a cidade abriga a única escola de ensino superior sobre a cerveja e o malte da América Latina, além do Museu da Cerveja, fundado em 1996 e que recebe 50 mil turistas por ano.

Paim: mudanças da Previdência afetarão pequenos municípios

A reforma previdenciária proposta pelo governo Temer poderá ter efeito recessivo na economia dos municípios, alertou Paulo Paim (PT-RS), em pronunciamento na quarta-feira. O senador voltou a pedir a instalação de CPI para investigar as contas da Previdência.

Paim mencionou estudo da Consultoria do Senado pelo qual em 70% dos municípios os recursos oriundos da Previdência superam os repasses do Fundo de Participação dos Municípios. Por isso, são fundamentais para a saúde financeira das pequenas cidades. Ele destacou seu importante caráter redistributivo de renda.



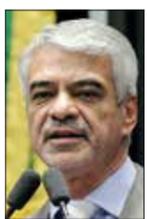
Pedro Franco/Agência Senado

Humberto Costa afirma que PT será a voz contra as reformas

Humberto Costa (PT-PE) informou ontem ter participado de um evento organizado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag), quando foi tomada uma posição unânime de combate à reforma da Previdência.

Por isso, o PT buscará a interlocução constante com os movimentos que combatem não apenas essa reforma, mas também a trabalhista.

— Peço a todos no Parlamento para que reflitam bem antes de apoiarem reformas que são rejeitadas pela população, sobre o impacto que isso pode ter em suas futuras campanhas eleitorais — afirmou.



Pedro Franco/Agência Senado

Muniz manifesta preocupação com a recuperação econômica

Roberto Muniz (PP-BA) chamou a atenção para estudo que aponta um cenário preocupante para a recuperação dos indicadores econômicos no país. Em discurso na quarta-feira, o senador mostrou apreensão com o índice de desemprego.

Ele pediu atenção às reformas trabalhista e previdenciária apresentadas pelo Executivo, mas lembrou que o mês de março pode ser um novo divisor de águas na mobilização popular. Em sua avaliação, a resposta das ruas à agenda de reformas pode agravar a impopularidade do governo do presidente Michel Temer.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Raupp acredita que 2017 vai ser o ano da volta do crescimento

Em pronunciamento na quarta-feira, Valdir Raupp (PMDB-RO) falou com otimismo sobre as perspectivas de crescimento para este ano. Segundo ele, já há sinais de melhora no cenário econômico com a queda da inflação, estabilização do câmbio e retomada dos investimentos e do consumo. Mesmo sem redução no alto índice de desemprego, o senador destacou o aumento de 3% na produção industrial no último mês.

O senador defendeu a aprovação de uma série de proposições legislativas para propiciar a retomada do crescimento e a criação de empregos.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Eduardo Amorim diz que o Brasil começou a superar a crise

Na quarta-feira, Eduardo Amorim (PSDB-SE) afirmou que o Brasil está começando a superar a crise.

Na avaliação do senador, o primeiro sinal é a previsão de crescimento do PIB para este ano: 0,5%. Embora tímida, a taxa é muito superior às dos anos de 2015 e 2016, quando o PIB encolheu (-3,8% e -3,5%). Em 2018, disse Amorim, a previsão de crescimento do PIB é de 2,2%, com o país saindo do quadro recessivo.

Ele disse ainda que os parlamentares terão pautas desafiadoras, porém de extrema necessidade, como as reformas tributária e da Previdência.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Discussão de três PECs avança no Plenário do Senado

Para agilizar a tramitação da proposta de emenda à Constituição que permite às emendas parlamentares ao Orçamento da União serem destinadas diretamente aos fundos de participação dos municípios ou dos estados, Gleisi Hoffmann (PT-PR) pedirá assinatura de líderes para tramitação especial. Ontem, encerrou-se a primeira sessão de discussão da PEC 61/2015, da própria Gleisi, em primeiro turno.

— A PEC vai desburocratizar o processo de recebimento de verbas pelas prefeituras e governos estaduais. E não vai ferir o processo de fisca-

lização dos fundos. Por isso, na CCJ houve apoio de quase todos os senadores presentes.

O Plenário concluiu também a terceira sessão de discussão em primeiro turno da PEC 57/2016, que simplifica as exigências fiscais e tributárias para micro e pequenas empresas, sobretudo em municípios menores. A PEC da Desburocratização tem mais duas sessões até ser votada.

Já a PEC 111/2015, que proíbe a edição de medida provisória que gere desequilíbrio econômico-financeiro dos contratos, teve a discussão em primeiro turno encerrada e pode ir a votação.

Reguffe defende isenção tributária para medicamentos

A isenção de tributos sobre medicamentos foi defendida por Reguffe (sem partido-DF). O senador citou estudo do Ministério da Fazenda segundo o qual a isenção de tributos sobre medicamentos teria um impacto de R\$5 bilhões na arrecadação, enquanto o governo concedeu renúncia fiscal de R\$20 bilhões às montadoras de veículos.

— Os medicamentos sofrem tributação de mais de 35%. Impostos tão altos deveriam incidir sobre supérfluos. Há pessoas que precisam de remédios e não compram devido ao preço. Se o governo não consegue distribuir gratuitamente, deveria ao menos não tributar.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Dário propõe teto salarial para empresas públicas e subsidiárias

Dário Berger (PMDB-SC) defendeu proposta de autoria dele (PEC 63/2016) que estabelece o teto salarial dos demais servidores públicos para funcionários de empresas públicas e de sociedades de economia mista e suas subsidiárias, nos três níveis de governo.

O senador também lamentou decisão do governo de só assegurar recursos para conclusão de obras que possam ser finalizadas até dezembro de 2018.

— Se isso acontecer mesmo, as obras de duplicação das BRs 470 e 280, em Santa Catarina, cuja conclusão estava prevista, respectivamente, para 2021 e 2022, ficarão de fora.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Eunício devolve à Câmara projeto contra a corrupção

Em dezembro, liminar do ministro Luiz Fux mandou devolver o texto para que a Câmara cumpra o rito de tramitação de propostas de iniciativa popular

O PRESIDENTE DO Senado, Eunício Oliveira, devolveu à Câmara dos Deputados o projeto de lei que muda os Códigos Penal e de Processo Penal, além de outras normas legais, e estabelece medidas de combate à impunidade e à corrupção, conhecido como pacote anticorrupção (PLC 80/2016).

Considerada uma das principais bandeiras da Operação Lava Jato, o texto passou por mudanças na Câmara. Os deputados rejeitaram vários dispositivos, entre

eles a norma que tornava mais difícil a prescrição de crimes.

Eunício atendeu a liminar do ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal (STF), concedida em dezembro. Na decisão, Fux determinou que a Câmara votasse novamente o texto, que já havia sido encaminhado ao Senado em novembro.

— Na hora em que tomei conhecimento de que havia uma liminar em relação a essa matéria, e ela estava na CCJ, fiz um ofício à comissão



Luiz Fux considerou na liminar que a tramitação foi viciada

e a encaminhei de volta à Câmara — explicou o presidente do Senado.

De acordo com o autor do mandato de segurança, deputado Eduardo Bolsonaro (PSC-SP), o

projeto desfigurou as chamadas dez medidas de combate à corrupção, propostas pelo Ministério Público com 2 milhões de assinaturas de cidadãos.

PEC sobre linha sucessória é retirada da tramitação

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, informou que, a seu pedido, a proposta de emenda à Constituição que impedia a responsabilização de ocupantes da linha sucessória da Presidência da República por atos estranhos ao exercício de suas funções durante o mandato foi retirada de tramitação.

A PEC 3/2017 foi apresentada por Romero Jucá (PMDB-RR).

— Como esse projeto podia ser interpretado como interesse pessoal ou causa própria, eu pedi, fiz um apelo ao

senador Romero e ele retirou. O projeto não existe mais — explicou Eunício.

Leviatã

O presidente do Senado também comentou a Operação Leviatã, da Polícia Federal, que cumpriu mandados de busca e apreensão ontem.

— É um sinal de que as instituições estão em funcionamento no país — disse.

Entre os investigados, estão o filho do senador Edison Lobão (PMDB-MA), Márcio Lobão, e o ex-senador Luiz Otavio.

Lasier: senador pode assinar proposta apenas para permitir debate e análise

Lasier Martins (PSD-RS) atribuiu a uma cortesia entre os senadores sua decisão de assinar a PEC 3/2017,



Pedro França/Agência Senado

mesmo sendo, segundo ele, contrário ao mérito da proposta.

O senador afirmou que é praxe entre os parlamentares a assinatura de propostas das quais discordam,

com a única finalidade de permitir sua tramitação na Casa, para a qual são necessárias 28 assinaturas.

Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) afirmou que “esse é o sentimento de toda a Casa” e lembrou que PEC foi retirada de tramitação a pedido de Jucá.

Instituição Fiscal Independente inicia parceria com OCDE

A equipe do Instituto Fiscal Independente (IFI) realizou ontem reunião de trabalho com o economista Luiz de Mello, da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Eles discutiram os cenários

econômicos apresentados no primeiro *Relatório de Acompanhamento Fiscal*, publicado no início de fevereiro pelo IFI.

Os economistas consideraram que o reequilíbrio das contas públicas dependerá da

observação das novas regras fiscais, como o teto de gastos, e da recuperação do PIB.

Mello discutiu com a equipe da IFI temas relacionados a projeções para as receitas do governo, evolução do endividamento público

brasileiro e recuperação da economia.

O diretor da IFI, Felipe Salto, firmou parceria para realização de debates no Senado sobre os temas econômicos com participação de membros das IFIs ao redor do mundo.

Retirada de direitos explica rejeição a Temer, diz Paulo Rocha

Paulo Rocha (PT-PA) disse que a avaliação negativa da sociedade a respeito do presidente Michel Temer não pode ser classificada de inesperada. Em pesquisa da CNT/MDA, Temer tem desaprovação de 62%. Em outubro, era de 51%.

Entre os motivos dessa rejeição, estão medidas como a reforma da Previdência, que retira direitos e conquistas e prejudica a parcela mais empobrecida da sociedade, diz o senador.

— Só com a mobilização do povo organizado, de setores organizados, a gente vai corrigir esse rumo, recuperando a democracia.



Marcos Oliveira/Agência Senado



Jefferson Ruy/Agência Senado

Desaprovação ao governo reflete pauta impopular, avalia Vanessa

Apenas 24% dos cidadãos aprovam o desempenho pessoal do presidente Michel Temer, afirmou Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM). Ela mencionou em Plenário pesquisa da CNT/MDA que mostra que a popularidade de Temer está em queda. Para a senadora, os resultados são reflexo das medidas impopulares propostas pelo governo.

— O governo não vai melhorar a vida das pessoas. Qual a pauta? Reforma trabalhista, reforma previdenciária. Não estamos debatendo reforma tributária. Não. Estamos debatendo reforma previdenciária — criticou.

Para Viana, povo confia no projeto do Partido dos Trabalhadores

A liderança do ex-presidente Lula em pesquisa de intenção de voto para a eleição de 2018 revela a confiança no projeto do PT, disse ontem Jorge Viana (PT-AC).

Ele considerou um recado da opinião pública o fato de Lula ter voto de 30% dos entrevistados, enquanto o candidato do PSDB nas últimas eleições, Aécio Neves (PSDB-MG), ficou em quarto lugar, com 10% na pesquisa CNT/MDA divulgada ontem.

— Tenho fé que ele possa vir como um novo Lula, assumindo erros, trazendo a esperança, apontando caminho para o Brasil se reencontrar.



Pedro França/Agência Senado



Jefferson Ruy/Agência Senado

Lindbergh cita liderança de Lula em pesquisa para presidente

Lindbergh Farias (PT-RJ) comentou pesquisa de opinião que coloca o ex-presidente Lula na liderança das intenções de voto para a Presidência da República em 2018.

Lula aparece com 16,6% das intenções na consulta espontânea e 30,5% na estimulada, no primeiro turno, e supera todos os adversários projetados. Os dados são da Confederação Nacional do Transporte (CNT) com a MDA Pesquisa.

— Eu agradeço ao povo brasileiro, que é generoso e justo. Isso é a memória de um projeto de desenvolvimento que fez inclusão social no país — afirmou o senador.

Gleisi manifesta apoio a protesto dos sem-teto em São Paulo

Gleisi Hoffmann (PT-PR) manifestou apoio a integrantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, que protestaram na quarta, em São Paulo, por melhorias no Minha Casa, Minha Vida. O movimento ocupa terrenos localizados principalmente na periferia.

A senadora considera inaceitável que o presidente Michel Temer tenha suspenso os subsídios concedidos aos mutuários mais pobres dentro do programa, alegando restrições orçamentárias.

— Não é possível que um programa de sucesso reconhecido seja travado desse jeito.



Pedro França/Agência Senado



Marcos Oliveira/Agência Senado

Conversas com indicados ao STF são normais, afirma Medeiros

O encontro entre parlamentares e o ministro licenciado da Justiça, Alexandre de Moraes, indicado para o Supremo Tribunal Federal, foi classificado como normal por José Medeiros (PSD-MT). Ele se defendeu de críticas à conversa que manteve com o ministro, ao lado de outros senadores, num barco do senador Wilder Moraes (PP-GO), em Brasília.

Medeiros disse ser comum esse tipo de encontro entre indicados e autoridades responsáveis pela análise da indicação.

— Não significa que quem jantou com o ministro vá votar nele. O voto é secreto — disse.